

# **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE SETORIAL DA RIQUEZA PRODUZIDA AO GOVERNO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS<sup>1</sup>**

Luciano Cardoso Cavalcante<sup>2</sup>

Ana Tercia Lopes Rodrigues<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Nos últimos anos o Brasil vem sofrendo com um cenário de insegurança e instabilidade econômica. O Produto Interno Bruto (PIB), indicador de crescimento ou recessão da economia de um país, vem apresentando variações significativas nos últimos cinco anos. Neste contexto, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta-se como um relatório contábil de grande importância na elaboração de indicadores econômico-sociais. Além de fornecer dados relevantes para seus usuários, a DVA revela o quanto uma empresa gerou de riqueza para a sociedade na qual esta inserida e como essa riqueza foi distribuída. Para Iudícibus (2010), a DVA apresenta a parcela de contribuição que uma empresa tem na formação do PIB. Esta contribuição para o PIB esta mensurada no item 7 da Demonstração do Valor Adicionado, mais especificamente no item Valor Adicionado Total a Distribuir. Este estudo analisa como a riqueza; produzida por empresas dos setores da Indústria, Varejo e Serviço; foi distribuída com foco nos tributos pagos ao governo nos últimos cinco anos, estabelecendo a comparação entre estes setores e entre as empresas integrantes da amostra. Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa, no qual foram analisadas as DVAs de trinta empresas, de controle brasileiro, que compuseram a amostra no período de 2011 a 2015. Os resultados da pesquisa apontaram diferenças significativas entre os setores e entre empresas de um mesmo segmento. Essas peculiaridades não podem ser atribuídas apenas às atividades básicas de cada empresa, mas também aos tipos de transações, localização e políticas de investimento, fiscais e de governança corporativa.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Produto Interno Bruto (PIB). Distribuição do Valor Adicionado.

## **DISTRIBUTION OF VALUE ADDED: A SECTORAL ANALYSIS OF THE WEALTH PRODUCED TO THE BRAZILIAN GOVERNMENT IN THE LAST 5 YEARS**

### **ABSTRACT**

In recent years, Brazil has been suffering from a scenario of insecurity and economic instability. Although the Gross Domestic Product (GDP) has shown a constant evolution in

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no segundo semestre de 2016 ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Aluno do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Artigo apresentado para a disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: <lucianojaka@hotmail.com>.

<sup>3</sup> Orientadora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. E-mail: <ana.tercia@ufrgs.br>.

real values, in the last five years, in percentage comparisons it has presented considerable variations in this same period. In this context, the Value Added Statement (VAD) is an important piece of work in the elaboration of economic and social indicators. In addition to providing relevant data to its users, DVA reveals how much a company has generated wealth for the society to which it is embedded and how that wealth has been distributed. For Iudícibus (2010) DVA presents the contribution that a company has in the formation of GDP, without double counting. This contribution to GDP is measured in the item of payment of taxes, fees and contributions of DVA, more specifically, in the item of the distribution of Added Value to the Government. This study analyzes how wealth; Produced by companies from the Industry, Retail and Service sectors; was distributed to the government in the last five years, establishing a comparison between these sectors and the sample companies. This is a descriptive study of a qualitative nature, in which the DVAs of the thirty companies of Brazilian control that composed the sample (ten of each sector) were analyzed in the period from 2011 to 2015. The results of the study pointed out significant differences between the sectors and between companies of the same segment, as well as similar characteristics between companies of different activities. These peculiarities cannot be attributed only to the basic activities of each company, but also to the types of transactions, location and investment, fiscal and corporate governance policies.

**Keywords:** Statement of Value Added (DVA). Gross Domestic Product (GDP). Distribution of Added Value.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos o Brasil anseia com a variação do Produto Interno Bruto (PIB) e com a instabilidade econômica. Este cenário econômico fez com que muitas empresas tivessem variações relevantes em seus indicadores econômicos e sociais. Neste período, muitas pequenas e médias empresas faliram e as empresas de grande porte, principalmente as de capital aberto, apresentaram redução nos lucros, produção, contratação de mão de obra, e entre outros indicadores, apresentaram variação dos valores pagos em impostos, taxas e contribuições; para a União, Estados e Municípios.

Neste contexto esta inserida a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que segundo Iudícibus *et al.* (2010, p. 583) “a DVA está fundamentada em conceito macroeconômico, buscando apresentar, sem dupla contagem, a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB)”. O PIB é formado pelo somatório, em valores monetários, de toda riqueza produzida por empresas brasileiras que atuam dentro e fora do país. Segundo Azevedo (2009), o PIB é um dos mais importantes indicadores utilizados na macroeconomia, com a finalidade de mensurar a atividade econômica de uma região e é medido em determinado espaço de tempo, normalmente um ano civil.

A DVA é uma ferramenta de suma importância para evidenciar a riqueza distribuída para o governo por meio de taxas, impostos e contribuições, sendo possível analisar a carga tributária que cada empresa está submetida em cada setor da economia brasileira. Segundo a Lei das S.A, 6404/76 (BRASIL, 1976), que sofreu alterações pela Lei 11638/07 (BRASIL, 2007), ressalta em seu artigo 176, que todas as empresas de capital aberto deverão, obrigatoriamente, apresentar a Demonstração do Valor Adicionado. Já no artigo 188, inciso II, destaca que deve constar na DVA o valor da riqueza produzida pela companhia e a distribuição, em percentuais e valores monetários, para os elementos que contribuíram na geração desta riqueza.

Pela DVA é possível avaliar, melhor, o conjunto de empresas que formam uma sociedade. A riqueza gerada por elas, calculada pela DVA, constitui uma parte significativa de toda riqueza gerada em um país. Por meio da DVA, também, é possível avaliar e demonstrar como essa riqueza foi distribuída para todos que financiaram e intermediaram, direta ou indiretamente, sua produção (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Neste contexto, a DVA apresenta-se de grande valia para a mensuração dos elementos formadores do PIB e para a elaboração de indicadores sociais. É neste escopo que a DVA aparece como componente fundamental no Balanço Social, capaz de evidenciar a riqueza gerada e sua distribuição. Conforme a instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2008), em nota explicativa à instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, define o papel da DVA como “[...] uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu produto interno bruto – PIB”.

Diante do exposto, a questão problema deste estudo é: **qual foi a distribuição da riqueza produzida pelas dez empresas com melhores desempenhos econômicos em três setores da economia brasileira nos últimos cinco anos?**

Para a resolução do presente problema de pesquisa, tem-se como objetivo geral deste estudo: analisar a distribuição da riqueza produzida, e sua quota distribuída ao governo, pelas dez empresas que apresentaram os melhores desempenhos econômicos em três setores da economia brasileira nos últimos cinco anos. Os setores analisados serão: varejo, indústria e serviços. Os objetivos secundários deste estudo são: comparar a distribuição da riqueza entre os setores; verificar a distribuição do valor adicionado entre os anos de 2011 e 2015 em cada empresa analisada (no item governo); analisar entre os setores indicados, quais os que apresentaram maior carga tributária; e, por fim, estimular a utilização da DVA como

ferramenta de análise tributária, no que diz respeito às políticas públicas para pessoas jurídicas.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de a DVA evidenciar indicadores socioeconômicos e o impacto, no tocante à riqueza produzida e distribuída, para a sociedade na qual a companhia está inserida. A quantidade de informações contidas na DVA e o detalhamento da riqueza gerada proporcionam inúmeras possibilidades de análises comparativas, além de fornecer subsídios suficientes para definição e implantação de políticas de planejamento econômico e social. Muitas vezes, a decisão de aceitação de investimentos em uma determinada região (município, estado ou federação) pode ter nesta demonstração uma ferramenta de grande utilidade e com informações não contempladas em outros demonstrativos (NBC TG 09, item 12).

Sendo assim, a demonstração do valor adicionado, que além de seu papel socioeconômico; apresenta-se de grande importância, não só para a mensuração da riqueza produzida para os gestores, mas também para os *stakeholders*; e ainda proporciona um amplo campo de pesquisa a ser explorado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção serão apresentados os referenciais necessários ao entendimento da pesquisa no enfoque teórico da DVA, além da sua importância para formação do Produto Interno Bruto (PIB).

### **2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

A DVA surgiu na Europa devido à tributação do valor agregado em alguns países europeus e na década de 70 começou a se destacar, principalmente no Reino Unido, com a ajuda do *Corporate Report* (CUNHA, 2002).

No Brasil, sua apresentação passou a ser obrigatória para companhias de capital aberto em função da Lei nº 11638/07 que alterou a Lei nº 6404/76. Para Marion (2012), o valor adicionado serve para evidenciar a destinação da riqueza produzida por uma companhia, ou ainda, evidencia, de forma detalhada, como a riqueza produzida foi distribuída.

Tendo suas primeiras aparições em Balanços Sociais, a DVA, surgiu para integrar as informações advindas das outras demonstrações contábeis. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a DVA se complementam, pois, quando a primeira apresenta as

informações voltadas basicamente para os sócios e acionistas, a segunda completa essas informações no tocante à geração da riqueza produzida, pela companhia, e sua distribuição entre os fatores de produção e ao governo (ASSAF NETO, 2012).

Assaf Neto (2012) faz menção à DVA, como sendo a diferença entre a receita e os custos dos recursos adquiridos de terceiros. Para ele a DVA “[...] representa o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país” (ASSAF NETO, 2012, p. 100)

No contexto socioeconômico, Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 9) descrevem a DVA da seguinte forma:

Trata-se de um relatório contábil, que demonstra tanto os benefícios que as organizações oferecem para a sociedade, por meio, por exemplo, da absorção da mão de obra da comunidade em que estão inseridas, quanto para a sua capacidade de gerar riqueza para a economia, ou seja, contribuir para o desenvolvimento econômico.

Marion (2012) considera a informação contida na DVA de grande importância do ponto de vista macroeconômico, e ressalta que a parte mais importante desta demonstração é a Distribuição do Valor Adicionado, onde consta o quanto de riqueza produzido foi distribuído para diversos segmentos da sociedade.

## 2.2 ESTRUTURA DA DVA

Conforme mencionado, a DVA apresenta o valor agregado que foi gerado pela entidade e sua distribuição entre os elementos que contribuem para sua geração.

Sendo assim, a entidade pode incluir ou detalhar outras informações, quando de um item ou somatório desses itens similares for de tal importância que visualizando os mesmos separadamente auxilie na apresentação mais adequada da demonstração.

Conforme determina o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as entidades comerciais, industriais e prestadoras de serviços devem utilizar o Modelo I, sendo aplicável para empresas em geral. Entretanto, para as empresas com atividades específicas, como por exemplo: instituições financeiras bancárias e de seguros, essas devem fazer uso dos modelos específicos II e III, conforme Norma Resolução CFC nº 1.138/2008.

Os componentes mínimos da estrutura da DVA para as entidades prestadoras de serviços comerciais e industriais estão apresentados a seguir:

A receita bruta e as outras receitas não operacionais;  
Os insumos adquiridos de terceiros;  
Os valores retidos pela entidade;

Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;  
 Valor total adicionado a distribuir; e  
 Distribuição do valor adicionado. (AZEVEDO, 2009, p.143)

Para a apresentação da DVA, devem ser seguidas as orientações da NBC TG 09, item 33. No tocante ao modelo I, que foi o foco da presente pesquisa, segue sua estrutura para melhor entendimento.

**Quadro 1 - Modelo I da DVA**

Demonstração do Valor Adicionado EMPRESAS EM GERAL		
em R\$ mil	20X1	20X2
DESCRIÇÃO		
<b>1- RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/ (Constituição)		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Outras receitas		
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>		
2.1) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		
8.1) Pessoal e encargos		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da NBC TG 09, Item 33

Deste modo, os itens analisados nesta pesquisa foram o 8, que demonstra o Valor Adicionado Total a Distribuir e o item 8.2, que trata do valor agregado que foi distribuído

para o governo por meio de impostos, taxas e contribuições. Iudícibus et al. (2010, p.587) descreve o item 8.2 da seguinte maneira:

Este item da Demonstração do Valor Adicionado inclui imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS que seja ônus do empregador e quaisquer outros impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, representado pela diferença entre os impostos incidentes sobre as receitas e os impostos considerados juntamente com os insumos adquiridos de terceiros, no item 2.

Assim, a DVA equivale à distribuição da riqueza produzida, de uma entidade, aos elementos que contribuíram em sua produção. Estes estão relacionados a partir do item 8.1 até o 8.4 na DVA, conforme consta no Quadro 1.

### 2.3 A FORMAÇÃO DA RIQUEZA

Na norma brasileira de contabilidade (NBC TG 09) a DVA é apresentada como uma demonstração financeira fundamentada no conceito macroeconômico inserido na formação do PIB. Cabe ressaltar, segundo Iudícibus *et al.* (2010), que nesta demonstração busca-se apresentar sem dupla contagem a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do produto interno bruto.

Para Tinoco e Kraemer (2011), valor adicionado é a soma da produção de bens e serviços de determinado período, subtraindo-se os custos dos recursos adquiridos de terceiros, necessários para essa produção. Assim, considera-se como a riqueza produzida ou gerada por uma empresa em um determinado período.

Em sua obra, Iudícibus *et al.* (2010) ressalta a diferença na forma de cálculo da riqueza produzida entre os modelos contábil e econômico, apontando que no modelo econômico a produção é o fator de contagem para elaboração do PIB, enquanto no modelo contábil, utiliza-se a realização da receita, levando em consideração o período de competência. Portanto, tem-se uma diferença temporal, na apuração do valor adicionado, entre os dois modelos.

No modelo contábil, para Santos *et al.* (2011), o valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, além do valor adicionado recebido em transferência.

Iudícibus *et al.* (2010) ainda incluem a depreciação no cálculo, subtraindo-a desta fórmula, considerando então a medida como sendo as *vendas menos insumos adquiridos de*

*terceiros menos depreciação*. Isto corresponde à diferença entre o valor recebido de terceiros pelas receitas menos o valor desembolsado a terceiros para aquisição de insumos utilizados nesse processo. Este cálculo pode ser melhor compreendido através da seguinte fórmula:

$$\text{VAL} = \text{Vendas} - \text{Insumos Adquiridos de Terceiros} - \text{Depreciação e Exaustão}$$

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações contidas no modelo I da DVA da NBCTG 09

Onde: **VAL = Valor Adicionado Líquido.**

O que aproxima, então, os dois métodos de medida é o prazo de rotação dos estoques, pois conforme consta na norma NBC TG 09, no item 11, admitindo-se a inexistência de estoques inicial e final, os valores encontrados nos conceitos econômico e contábil convergirão.

Para melhor entendimento do método de cálculo do Valor Adicionado Total a Distribuir, tem-se a seguinte fórmula:

$$\text{VATD} = \text{VAL} + \text{Valor Adicionado Recebido em Transferência}$$

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações contidas no modelo I da DVA da NBCTG 09

Onde: **VAL = Valor Adicionado Líquido. VATD= Valor Adicionado Total a Distribuir**

Assim, a riqueza total a ser distribuída por uma empresa é composta por: *Receitas menos Insumos adquiridos por terceiros menos Depreciação mais Valor adicionado Recebido em Transferência*. Estes itens estão presentes na primeira parte da Demonstração do Valor Adicionado, mais especificamente, são apresentados de maneira detalhada dos itens 1 ao 6 do modelo I de Demonstração do Valor Adicionado constante na NBC TG 09.

## 2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Para Cunha, Ribeiro e Santos (2005), a DVA informa o quanto de valor as empresas agregaram à sociedade, quais agentes contribuíram para a formação da riqueza, e também como ela foi distribuída para estes agentes em valores monetários.

Segundo Grecco *et al.* (2010), pela DVA é possível diferenciar o valor adicionado econômico do valor adicionado contábil e a distribuição da riqueza gerada pela entidade em cada segmento onde está inserida, contribuindo assim, na formação do PIB. Esta sustentação macroeconômica contribuiu para novas pesquisas deste demonstrativo contábil e vem



ganhando destaque no que diz respeito à influência da distribuição do valor agregado na formação do PIB.

Ainda em relação à diferença entre os métodos de valor adicionado econômico e contábil, Gallo, Pereira e Lima (2006) destacaram que no método econômico, o valor adicionado está relacionado à apuração do agregado macroeconômico denominado Produto Nacional. Todavia, em termos microeconômicos, os autores alegam que o valor adicionado de uma empresa representa o total da riqueza que ela agrega aos insumos adquiridos de terceiros – inclusa a depreciação – utilizados no seu processo produtivo. Eles ressaltam que contabilmente a DVA é capaz de ligar os dois métodos, uma vez que utiliza os dados microeconômicos fornecidos pela contabilidade e os dados macroeconômicos apurados pelo sistema Nacional de Contabilidade.

Lorandi e Alexandre (2011) descrevem que a diferença entre os dois métodos está fundamentada no princípio contábil da competência, uma vez que o método contábil está baseado nas receitas com vendas da empresa, dentro dos princípios e normas contábeis. Já o método econômico parte da produção da mesma, ou seja, a produção total e o estoque final são contabilizados no cálculo do valor adicionado daquele período. No método contábil são contabilizadas somente as receitas de vendas da produção.

Para Cosenza (2003), no Brasil é utilizado o método do critério do valor adicionado econômico para o cálculo do PIB, porém o método contábil também pode ser utilizado por ser superior ao econômico.

Em sua obra, Santos (2007) conclui que o método contábil utilizado na apuração do valor adicionado pode ser mais eficiente que o método econômico devido ao fato de a contabilidade utilizar práticas consistentes e valores reais. Mesmo com as provisões utilizadas nas práticas contábeis, em algum momento no futuro, estes valores serão conferidos e ajustados aos valores reais. Além disso, há o fato de que os valores mensurados e reconhecidos na contabilidade poderão ser submetidos a processos permanentes de auditoria.

Neste contexto, com a relação entre a DVA e PIB, alguns autores contribuíram com pesquisas que destacaram a sua relevância como ferramenta de avaliação da carga tributária.

Para Lima e Alencar (2014, p. 29) “a carga tributária é um indicador que expressa a relação entre o volume de recursos que o Estado extrai da sociedade sob a forma de impostos, taxas e contribuições, para financiar as atividades que se encontram sob sua responsabilidade, e o Produto Interno Bruto (PIB)”.

Ainda neste sentido, Tinoco *et al.* (2014) descrevem que, com a DVA é possível medir a carga tributária incidente sobre diversos setores da economia, verificando diferenças existentes no impacto desta carga, tanto no aspecto econômico, quanto no social.

Por ser a única demonstração contábil que agrupa todos os encargos tributários suportados por uma empresa, um dos principais usos da DVA é a avaliação da carga tributária. Considerando que o FGTS é considerado como remuneração na DVA; mas entra como imposto, em geral, nas estatísticas oficiais; este fato não pode ser desprezado ao comparar a carga tributária da empresa, calculada pela DVA, com a carga tributária do país. (SANTOS; HASHIMOTO, 2003)

Sendo assim, Silva e Marques (2015) notaram a importância desta demonstração para efeitos de mensuração do PIB, pois fornece dados relevantes para a base de cálculo do PIB, uma vez que a soma dos valores adicionados das unidades produtivas já determina o próprio PIB. Podendo servir de instrumento para melhores práticas dos princípios constitucionais no que diz respeito à justiça tributária e para melhorar a formulação de políticas tributárias.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa realizada neste estudo foi classificada quanto aos seguintes aspectos: de acordo com seus objetivos; pela forma de abordagem do problema; e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Para alcançar o objetivo deste estudo, utilizou-se a pesquisa descritiva que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1995, p. 45), com base em analisar e comparar as informações colhidas nas demonstrações do grupo de empresas analisadas.

Foi utilizada a abordagem qualitativa, que, conforme Beuren (2014), este tipo de abordagem proporciona análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado, para interpretar os resultados obtidos. Para Richardson (1999), a abordagem qualitativa pode ser uma forma adequada para identificar a natureza de um fenômeno social.

No tocante aos procedimentos técnicos utilizados, realizou-se uma pesquisa documental, com o intuito de responder à questão problema, que segundo Beuren (2014, p.89), a notoriedade da pesquisa documental “é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”.

A amostra da população foi escolhida de forma não probabilística, sendo escolhidas trinta empresas; dez do setor da Indústria, dez do Varejo e dez do setor de Serviços; que operam na bolsa de valores, que são de controle brasileiro, e que foram listadas no ranking *Melhores & Maiores* da revista EXAME<sup>4</sup> em 2015, onde foram classificadas pelo valor do lucro no respectivo ano. A base de informações no ranking da revista EXAME no exercício de 2015 era formada por 500 (quinhentas) empresas, das quais 262 (duzentas e sessenta e duas) eram empresas de controle brasileiro.

As empresas escolhidas do setor da Indústria foram: Cemig Geração e Transmissão, Braskem, Klabin, WEG Equipamentos, Taesa, Natura, COMGÁS, M. Dias Branco, Grendene e MRV Engenharia e Participações. No setor do Varejo, foram escolhidas as empresas: BRF, JBS, Via Varejo, Renner, Lojas Americanas, Raia Drogasil, Magazine Luiza, B2W, DIMED S.A e Marisa. Por fim, as empresas do setor Serviços foram: Cielo, Sabesp, BM&F Bovespa, AutoBan, Sanepar, Localiza, Copasa MG, Odontoprev, Fleury Medicina e Dasa.

Cabe esclarecer que o ranking da revista EXAME continha empresas que não operam na bolsa de valores e não divulgam a DVA por não se enquadrarem na Lei nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11638/07), que especifica os tipos de empresas que são obrigadas a divulgar a DVA em suas demonstrações financeiras.

Dentre as 262 empresas de controle brasileiro, foram escolhidas as 30 (trinta) com os melhores desempenhos econômicos no ano de 2015, sendo dez de cada setor. Entre elas apenas a B2W apresentou prejuízo no exercício de 2015 e não foi retirada da amostra porque as empresas que estavam a sua frente no ranking não publicavam suas demonstrações e não negociavam seus papéis em bolsas de valores.

Há também o fato relevante de que o presente estudo se motivou pela análise da distribuição da riqueza gerada por estas empresas e sua distribuição ao governo, com foco em empresas brasileiras que atuam dentro e fora do país. Além disso, a divulgação da DVA não é obrigatória pelas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) que é traduzido, livremente para o português, como “Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade”.

Posteriormente, foram analisadas as DVAs dos últimos cinco anos de cada uma dessas empresas com foco na quota de Distribuição do Valor Adicionado no item governo (impostos, taxas e contribuições) em relação à riqueza total a ser distribuída por estas empresas.

---

<sup>4</sup> Revista EXAME. **Ranking de Controle Brasileiro, Maiores & Melhores 2015**. Disponível em: <[http://mm.exame.abril.com.br/empresas/filtrar/2015/Todos/brasileiro?sort=lucro\\_ajustado&direction=desc](http://mm.exame.abril.com.br/empresas/filtrar/2015/Todos/brasileiro?sort=lucro_ajustado&direction=desc)>. Acesso em: 03 set. 2016.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO RESULTADO

Nesta seção serão descritas e analisadas as informações de cada um dos setores que compõem a amostra, demonstradas suas peculiaridades.

A seguir, os resultados serão apresentados de maneira global, traçando-se a relação entre os setores, entre as empresas analisadas e destacando a comparação em percentuais da carga tributária em cada setor com a carga tributária sobre o PIB<sup>5</sup>, nos últimos cinco anos.

### 4.1 ANÁLISE DO SETOR VAREJO

O setor varejo apresenta empresas que atuam em diferentes ramos. Dentre as empresas da amostra, há aquelas que atuam no varejo de moda masculina e feminina, as que atuam no ramo alimentício, no varejo de móveis, eletroeletrônicos, de produtos farmacológicos, comércio eletrônico e, diversos (neste caso, a Lojas Americanas).

Observa-se, na Tabela 1, que mesmo em período de crise, as empresas, em sua maioria, tiveram aumento crescente na riqueza produzida. No tocante às despesas de impostos, taxas e contribuições, observou-se que o aumento do valor distribuído foi crescente, mas em proporções menores, se comparados ao crescimento da riqueza. O Gráfico 1, compara percentualmente os valores relativos à riqueza produzida, o valor distribuído ao governo e, principalmente, a carga tributária do setor varejo com a carga tributária sobre o PIB<sup>6</sup>, nos últimos cinco anos.

---

<sup>5</sup> Receita Federal do Brasil – RFB. **Carga tributária no Brasil**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-duaneiros/estudos-e-statisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-cap>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

<sup>6</sup> Ibid.

**Tabela 1 – Relação do Valor Adicionado Distribuído e a quota parte do Valor Adicionado Distribuído para o Governo, nos últimos cinco anos no Setor Varejo**

Valores em milhares de reais (R\$)	VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO PARA O GOVERNO				
	2015	2014	2013	2012	2011	2015	2014	2013	2012	2011
BRF	16.286	12.771	11.675	10.250	10.519	3.224	3.696	3.741	3.542	3.743
JBS	50.471	30.014	20.597	13.588	12.986	6.339	5.011	2.118	1.774	1.718
Via Varejo	5.641	7.186	7.690	6.243	5.834	974	1.463	2.216	1.473	1.224
Renner	3.767	3.285	2.449	2.155	1.814	1.851	1.660	1.118	1.028	875
Lojas Americanas	5.283	4.451	3.803	3.365	3.176	1.059	833	1.024	1.037	1.045
Raia Drogasil	2.716	2.142	1.787	1.601	804	833	737	685	658	335
Magazine Luiza	2.122	2.357	2.146	1.919	1.790	356	488	563	697	696
B2W	1.658	1.336	946	654	694	162	23	30	-45	27
Dimed S.A	521	478	444	373	298	190	182	176	145	110
Marisa	1.438	1.597	1.492	1.504	1.425	590	689	682	650	550

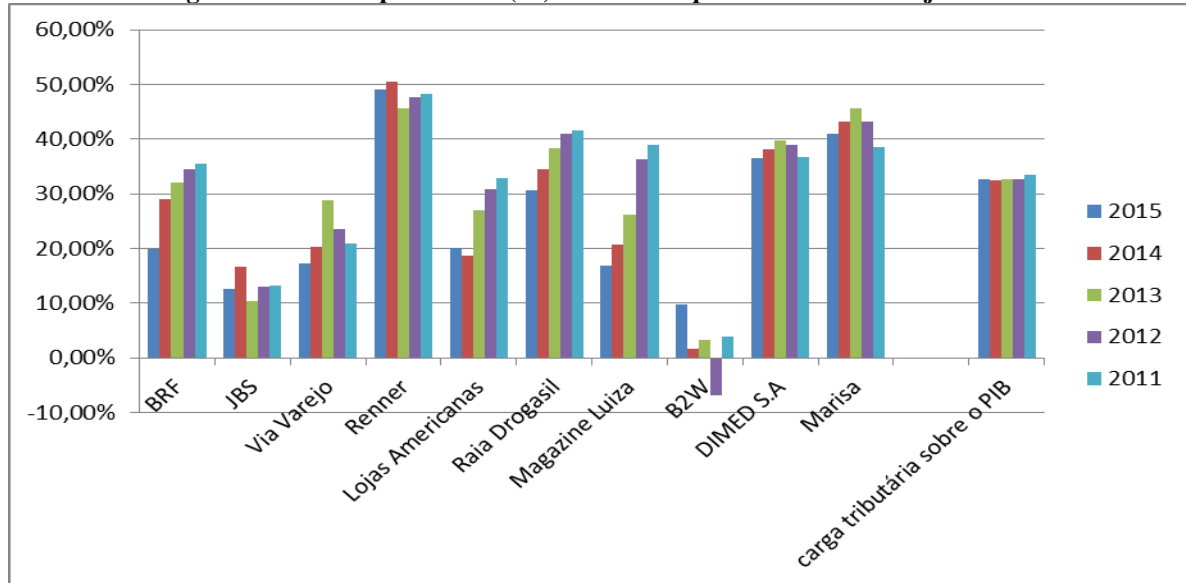
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Observa-se que as empresas que apresentaram comportamentos semelhantes, são as que atuam no mesmo ramo de atividade, como a Raia Drogasil e Dimed, e a Renner e Marisa. No entanto, a discrepância na carga tributária entre a BRF e JBS chama a atenção na Tabela 1, independente do ano a ser analisado. Essa diferença salta aos olhos, quando são comparados os valores adicionados a distribuir no ano de 2011 e 2012. Com relação às despesas pagas ao governo; através de impostos, taxas e contribuições; percebe-se que os valores a distribuir foram próximos um do outro, mas em relação ao percentual distribuído ao governo, a BRF superou em 100% a carga tributária da JBS, e nos anos de 2011 a 2013 manteve carga tributária superior à média da carga sobre o PIB. Em percentuais, a BRF apresentou uma carga tributária sobre sua riqueza de 35,58% em 2011, 34,56% em 2012 e 32,04% em 2013; enquanto a JBS apresentou 13,23% em 2011, 13,06% em 2012 e 10,28% em 2013. No período de 2011 a 2015 a JBS apresentou a média do lucro líquido superior ao da BRF.

Outro fato relevante é a atuação da carga tributária nas empresas Via Varejo, Lojas Americanas, B2W e Magazine Luiza. Estas empresas atuam no mesmo nicho de mercado, porém a B2W utiliza somente o *e-commerce* em suas transações. Já a Magazine Luiza, Via Varejo e Lojas Americanas, além das plataformas digitais, estão presentes na maioria dos estados brasileiros com lojas físicas. O tipo de comércio afeta a tributação, no que diz respeito, principalmente, aos impostos municipais e estaduais.

Nos anos de 2011 a 2015 a B2W apresentou prejuízo em seus negócios, porém, estes valores negativos estão reduzindo a cada ano. Verifica-se na Tabela 2 que mesmo com prejuízo a empresa agregou valor à sociedade nos últimos cinco anos e teve um valor adicionado a distribuir superior ao da Dimed e aproximado ao da Marisa.

Em 2012 a B2W apresentou um valor negativo na distribuição para o governo. Tal fato ocorreu porque a empresa teve prejuízo fiscal nesse período.

**Gráfico 1 – Carga tributária em percentual (%) sobre as empresas do setor Varejo e sobre PIB**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Na visão geral, se forem comparados o desempenho das dez empresas deste setor, nota-se que carga tributária média do segmento está abaixo da carga tributária sobre o PIB<sup>7</sup>. Porém, há alguns ramos de atividade que possuem benefícios fiscais. A Renner, Marisa, Dimed e Raia Drogasil, apresentaram a maior carga tributária entre as empresas analisadas. Essas empresas possuem diversos Centros de Distribuição (CD) e lojas físicas espalhadas pelo país, e estão sujeitas a diferentes alíquotas de tributos estaduais e municipais.

Certamente, a estrutura dessas empresas é muito complexa, ao ponto de dificultar o planejamento tributário como âmbito de reduzirem despesas fiscais, sem a necessidade de incentivos advindos do governo.

#### 4.2 ANÁLISE DO SETOR INDÚSTRIA

Este setor é reconhecido por ser o direcionador da economia brasileira. Nesta amostra foram escolhidas empresas que atuam na fabricação de bens de produção, insumos químicos, celulose, construção civil, indústria alimentícia e energia em suas diversas formas.

Dentre as dez empresas analisadas, somente duas atuam no mesmo ramo, sendo a Cemig GT e a Taesa, que atuam no ramo de geração e transmissão de energia elétrica. A Braskem pertence à indústria química. A Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis

<sup>7</sup> Receita Federal do Brasil- RFB. **Carga tributária no Brasil**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-duaneiros/estudos-e-statisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-cap>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

do Brasil. A Weg Equipamentos atua na fabricação de bens de capital para os mais diversos setores da economia e tem como principais produtos os motores e autogeradores industriais. A Natura é uma das maiores empresas da indústria de cosméticos do país. A Comgás é a maior distribuidora de gás canalizado do Brasil. A M. Dias Branco atua na indústria alimentícia. A Grendene é uma das maiores produtoras mundiais de calçados. E, por fim, a MRV Engenharia que atua na construção civil.

Primeiramente, analisou-se Klabin, que em 2015 registrou valor distribuído para o governo de R\$ 50 milhões negativos. Este saldo foi resultado de registros de créditos tributários em 2015 incidentes nas aquisições de ativos imobilizados, além de subvenção governamental de ICMS (impostos sobre circulação de mercadorias e serviços) concedido pelo governo do estado do Paraná, por conta do Projeto Puma, os quais veem sendo utilizados para compensação com impostos a pagar da mesma natureza ou outros impostos. O projeto Puma refere-se à construção de uma nova fábrica de celulose com investimento total de R\$ 8,6 bilhões até 2016, sendo que deste montante, em 2015 foram desembolsados R\$ 6,7 bilhões.

Em seguida observou-se que as empresas Weg Equipamentos e a Natura apresentaram peculiaridades no ano de 2015, no tocante ao valor adicionado distribuído para o governo. A Natura mesmo com um lucro líquido equivalente a 50% do lucro líquido da WEG gerou mais riqueza e contribuiu com 58% a mais no pagamento de taxas, impostos e contribuições. Nos outros anos os valores não apresentaram grandes diferenças. Esta diferença no ano de 2015 pode ser resultado na alteração da tributação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para cosméticos, que passou a vigorar a partir de maio de 2015, após publicação do Decreto nº 8393/15, que equipara o comércio atacadista à indústria na aquisição de produtos de perfumaria, cosméticos e outros.

A Grendene e a M. Dias Branco, apesar de atuarem em mercados completamente diferentes, apresentaram desempenhos semelhantes. As duas empresas tiveram crescimento no valor adicionado a ser distribuído e no valor distribuído para o governo, porém a Grendene contribuiu em média 58% a menos que a M. Dias Branco nesses últimos cinco anos. No Gráfico 2 se pode observar o comportamento das duas empresas, onde a carga tributária apresenta uma redução quase constante desde 2011 até 2015.

**Tabela 2 – Relação do Valor Adicionado Distribuído e a quota parte do Valor Adicionado Distribuído para o Governo, nos últimos cinco anos no Setor Indústria**

Valores em milhares de reais (R\$)	VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO PARA O GOVERNO				
	2015	2014	2013	2012	2011	2015	2014	2013	2012	2011
Cemig GT	5.933	5.645	4.533	4.824	4.105	2.228	2.495	1.815	1.982	1.729
Braskem	10.496	5.652	6.064	4.822	5.313	1.968	903	1.984	654	1.314
Klabin	4.039	3.791	2.723	3.022	2.086	-50	968	714	804	518
Weg Equipamentos	5.708	4.608	4.009	3.365	2.934	1.251	1.214	1.149	992	843
TAESA	1.857	1.799	1.630	1.418	1.077	333	350	190	348	301
Natura	6.273	4.275	4.139	3.699	3.149	2.149	1.721	1.804	1.743	1.472
COMGÁS	2.199	1.925	1.874	1.369	1.072	881	819	821	616	485
M. Dias Branco	1.993	1.963	1.803	1.527	1.273	503	558	556	458	427
Grendene	1.569	1.348	1.307	1.174	936	240	241	272	251	219
MRV	2.072	2.179	1.672	1.853	1.963	397	338	265	360	404

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

A MRV, empresa que atua no mercado da construção civil, líder em imóveis populares no país, apresentou flutuações na carga tributária e na geração de riqueza. No período analisado, percebe-se que o auge do mercado imobiliário foi no ano de 2011; e que no ano de 2015, aparentemente, ocorreu a recuperação deste mercado. Nestes dois anos, a empresa apresentou valores adicionados muito próximos, assim como o valor destinado ao governo. A carga tributária em 2011 foi de 20,57% e em 2015 foi de 19,14%. No período analisado, 2013 foi o pior ano para MRV, pois, nesse exercício a empresa teve o menor lucro líquido e os menores valores, adicionado e distribuído para o governo. Infere-se que 2013 foi o ano que marcou o fim do declínio e o início do crescimento na economia para o mercado imobiliário.

Na análise das empresas que atuam na indústria energética, destacou-se a carga tributária a qual foram submetidas as Cemig GT e a Comgás. A Taesa chegou a apresentar carga tributária 100% menor que as concorrentes nos últimos três anos.

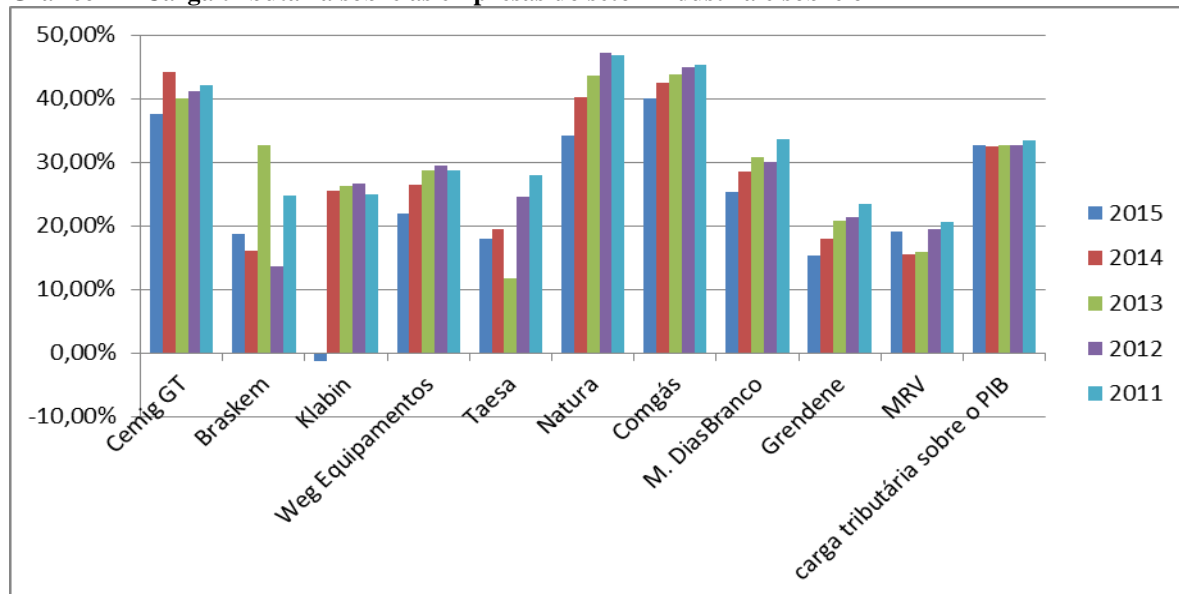
A Cemig GT e a Comgás, durante todo o período analisado, apresentaram carga tributária superior à carga sobre o PIB. Na Tabela 2 pode-se notar que a diferença entre os valores adicionados da Comgás e Taesa é muito pequena, porém a carga tributária é muito discrepante entre elas.

A Cemig GT, apresentou valores adicionados próximos dos valores apresentados pela Braskem no período de 2011 a 2014. Em 2015 a Braskem gerou 43% a mais de riqueza que a Cemig GT, porém distribuiu menos para o governo. No Gráfico 2, esta diferença de distribuição para o governo fica visível, principalmente nos anos de 2015, 2014 e 2012. Exercícios onde a carga tributária da Cemig GT superou 100% da carga imposta à Braskem. A comparação entre essas empresas serve somente para verificação do quão desigual é a política fiscal no Brasil. As duas empresas apresentaram lucro líquido muito próximo, em



valores monetários, e mesmo com um valor adicionado e superior ao da Cemig GT, a Braskem pagou menos impostos, taxas e contribuições durante todo o período analisado.

**Gráfico 2 – Carga tributária sobre as empresas do setor Indústria e sobre o PIB**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Na visão geral do setor, a média da carga tributária entre as dez empresas ficou abaixo da média da carga tributária sobre o PIB. As empresas que puxaram a média para cima, foram a Cemig GT, Natura, Comgás e M. Dias Branco.

#### 4.3 ANÁLISE DO SETOR DE SERVIÇOS

O setor de serviços, nas últimas décadas, vem se destacando pelo dinamismo e desempenho das atividades que o compõem, além da crescente participação na produção econômica brasileira.

Dentre as empresas analisadas, listadas na Tabela 3, duas atuam no ramo da medicina, sendo elas Fleury Medicina e Dasa. A Odontoprev atua na administração de planos odontológicos. Duas atuam no mercado financeiro com atividades diferentes entre si, sendo elas: Cielo e a BM&F Bovespa. A Cielo atua na intermediação financeira de compra e venda com cartões de crédito e débito. A BM&F Bovespa atua na intermediação de compra e venda de ativos financeiros. SABESP, COPASA MG, SANEPAR e CCR AutoBan são empresas que atuam no ramo de saneamento e infraestrutura. E, por fim, a Localiza é uma empresa atuante no mercado de aluguel de carros e revenda de veículos seminovos.

Neste grupo de empresas destaca-se a Cielo. Não só pelo valor adicionado distribuído, mas pela evolução dos saldos a distribuir no período, conforme descrito na Tabela 3. A empresa apresentou um crescimento de 58% na riqueza gerada e 50% no lucro líquido. Em contrapartida, teve um decréscimo na carga tributária a partir do ano de 2012.

Na BM&F Bovespa, ocorreu o contrário, o lucro líquido teve decréscimo de 2011 a 2014 enquanto a carga tributária teve aumento no mesmo período. Este comportamento sustenta a inexistência de relação entre lucro líquido e valor adicionado. Em 2015 a BM&FBovespa apresentou o maior lucro líquido dos últimos cinco anos e o maior valor adicionado a distribuir, porém a carga tributária foi a menor durante o período analisado.

Ao analisar a SABESP, SANEPAR e COPASA MG, verificou-se o equilíbrio na atuação da carga tributária, conforme consta no Gráfico 3. No tocante ao valor adicionado, a SABESP apresentou os maiores valores no período.

Entre essas empresas, a COPASA, mesmo com prejuízo no ano de 2015, apresentou o valor adicionado maior que a SANEPAR e a carga tributária maior que as outras duas empresas do mesmo ramo. Diferentemente, a SANEPAR teve aumento no lucro líquido, aumento no valor adicionado e um equilíbrio nas despesas com impostos, taxas e contribuições nos últimos cinco anos.

Outro fato relevante é a diferença na carga tributária entre a COPASA e a SABESP no ano de 2015, onde a primeira contribuiu com 28% de sua riqueza para o governo, enquanto a segunda, contribuiu com apenas 16%. Essa diferença está ilustrada no Gráfico 3.

Considerando que em 2015 a COPASA apresentou prejuízo de R\$ 11 milhões e a SABESP e a SANEPAR apresentaram lucro líquido de R\$ 536,3 milhões e R\$ 438 milhões, respectivamente, este fato pressupõe que, mesmo em prejuízos sucessivos, uma empresa pode gerar mais riqueza do que uma empresa que está obtendo lucros crescentes, e ainda possuir carga tributária maior que as outras empresas que possuem melhores resultados.

Nas empresas que atuam no ramo da medicina por imagem (DASA), análises laboratoriais e medicina integrada (Fleury) e administração de planos odontológicos (Odontoprev) há uma constância no percentual da carga tributária de cada uma dessas empresas.

**Tabela 3 – Relação do Valor Adicionado Distribuído e a quota parte do Valor Adicionado Distribuído para o Governo, nos últimos cinco anos no Setor de Serviços**

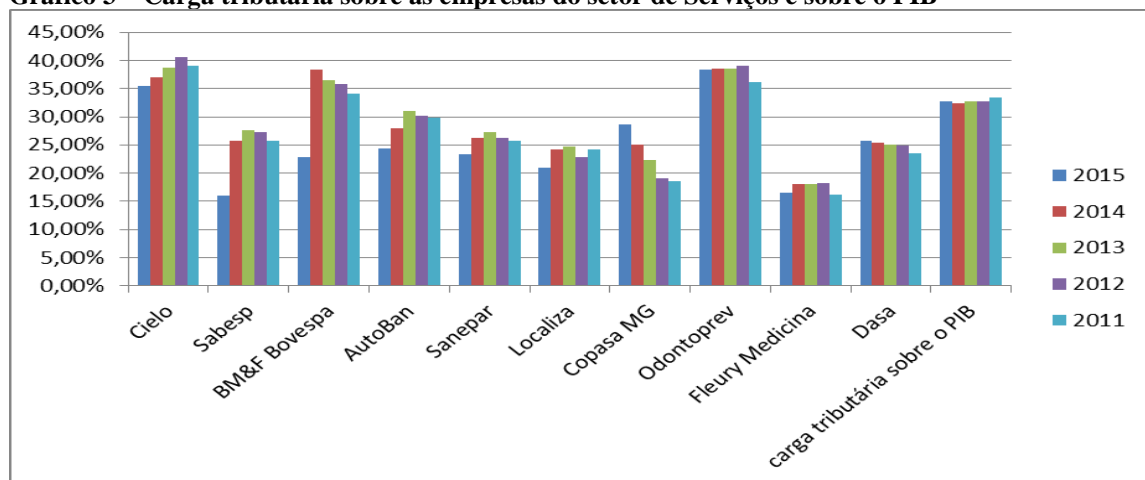
Valores em milhares de reais (R\$)	VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO PARA O GOVERNO				
	2015	2014	2013	2012	2011	2015	2014	2013	2012	2011
Cielo	8.549	6.507	5.409	4.594	3.574	3.030	2.412	2.093	1.861	1.396
SABESP	7.109	5.731	6.657	6.134	5.714	1.140	1.470	1.835	1.677	1.466
BM&F Bovespa	3.747	2.435	2.465	2.375	2.250	854	933	901	852	766
CCR AutoBan	1.828	1.771	1.581	1.411	1.283	445	495	491	425	383
SANEPAR	1.990	1.796	1.643	1.444	1.174	466	471	448	380	303
Localiza	1.683	1.601	1.405	1.098	1.141	353	387	346	251	276
COPASA MG	2.036	2.074	2.108	2.056	1.877	584	521	471	394	348
Odontoprev	584	521	471	394	348	224	201	181	154	126
Fleury Medicina	1.227	1.022	973	898	698	203	184	175	165	113
DASA	1.427	1.477	1.391	1.222	1.325	367	376	349	304	311

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Porém, ao analisar a geração de riqueza e os valores pagos ao governo, nota-se no Gráfico 3 a diferença nas cargas tributárias entre estas empresas. A Odontoprev apresentou uma carga equiparada as das empresas de intermediação financeira, superior à carga incidente sobre o PIB. Apesar de apresentar lucros líquidos muito próximos da Fleury e DASA, e valor adicionado equivalente a 50% do valor agregado dessas empresas nos últimos cinco anos, a Odontoprev contabilizou uma carga tributária média de 38% sobre sua riqueza gerada.

Por fim, a Localiza e a AutoBan, se equipararam ao perfil das outras empresas do setor. A principal semelhança é que as duas empresas tiveram os seus maiores lucros no ano de 2014, porém a maior carga tributária foi no ano de 2013, onde a Localiza contabilizou carga de 24,65% sobre sua riqueza e a AutoBan registrou carga 31,03% .

**Gráfico 3 – Carga tributária sobre as empresas do setor de Serviços e sobre o PIB**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Este setor também apresentou carga tributária média inferior à carga tributária incidente sobre o PIB nos últimos cinco anos. E as empresas que puxaram a média da carga

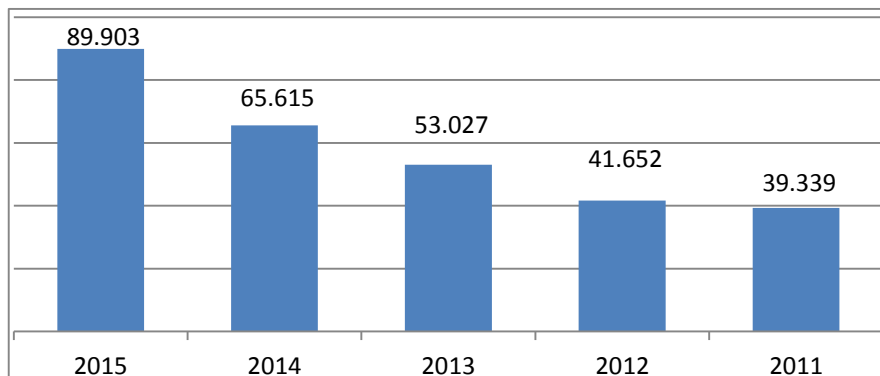
tributária para cima, foram a Cielo, BM&F Bovespa e Odontoprev, que apresentaram carga média de 38,16%, 33,52% e 38,15%, nesta ordem.

#### 4.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS SETORES

Nesta seção será analisada a carga tributária média dos três setores, o valor adicionado (riqueza gerada) por cada grupo de empresa nos últimos cinco anos, além da comparação entre esses setores, utilizando-se as informações retiradas das demonstrações financeiras de cada empresa.

Primeiramente, verificou-se que no setor varejo, conforme consta no Gráfico 4, o valor adicionado gerado pelo respectivo grupo de empresas teve uma evolução de 56,4% durante o período analisado. No setor do Varejo, em valores reais, o Valor Adicionado apresentou aumento de R\$ 50,5 bilhões em cinco anos.

**Gráfico 4 - Total de Valor Adicionado (em milhares de reais) gerado pelas dez empresas do setor VAREJO nos últimos cinco anos**

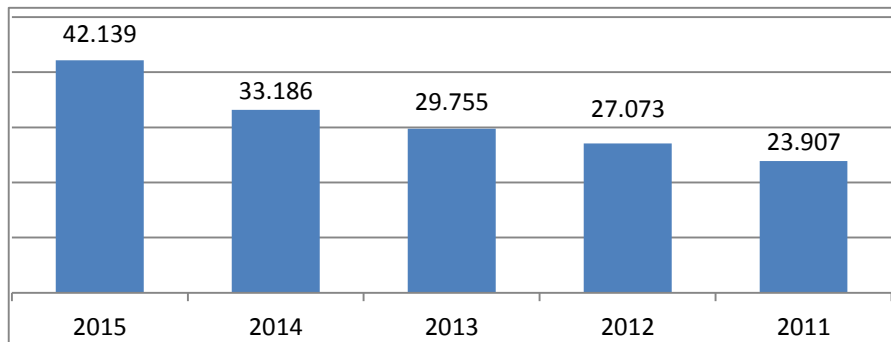


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

No setor da Indústria, conforme Gráfico 5, a evolução do Valor Adicionado foi de 43,3% nos últimos cinco anos. Já no setor de Serviços o Valor Adicionado apresentou evolução de 35,7% no mesmo período, conforme o Gráfico 6.

Esta diferença é resultado dos tipos de tributos aos quais os setores estão submetidos. Como o foco deste estudo foi a riqueza que cada setor gerou para a sociedade e o quanto desta riqueza foi repassado ao governo, por meio de tributos, evidenciou-se o montante da arrecadação e não houve detalhamento de quanto foi distribuído para cada esfera governo (Município, Estado, União).

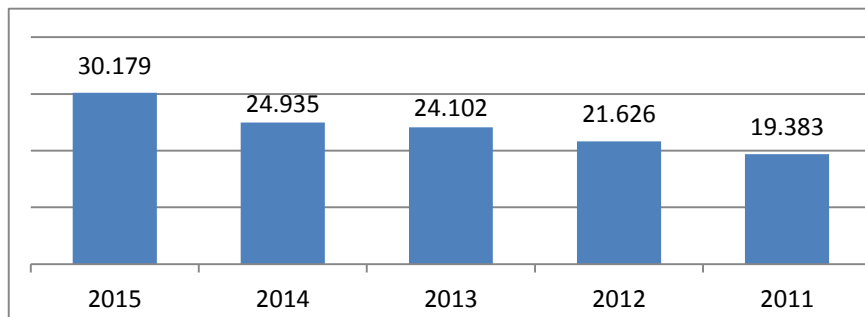
**Gráfico 5 - Total de Valor Adicionado (em milhares de reais) gerado pelas dez empresas do setor INDÚSTRIA nos últimos cinco anos**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Dentre os três setores, verifica-se que o setor de Serviços foi o que mais sentiu o impacto do atual cenário de instabilidade econômica. Conforme apresentado no Gráfico 6, o grupo de empresas do setor apresentou uma evolução no Valor Adicionado de apenas R\$ 10,7 bilhões. No setor Indústria, o valor real monetário, no grupo de empresas analisadas, apresentou crescimento de R\$ 18,2 bilhões.

**Gráfico 6: Total de Valor Adicionado (em milhares de reais) gerado pelas dez empresas do setor de SERVIÇOS nos últimos cinco anos.**

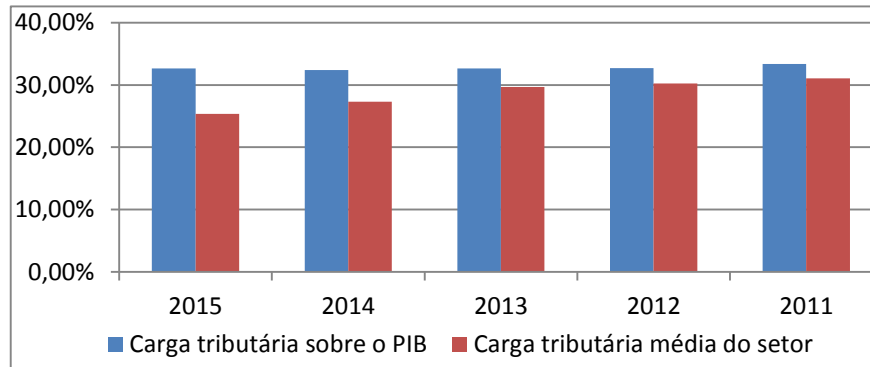


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

No tocante à carga tributária incidente sobre cada grupo de empresa, e a carga tributária sobre o PIB, verificou-se que nos três setores (três grupos de empresas) a carga tributária média ficou abaixo da carga tributária sobre o PIB nos últimos cinco anos.

A informação que se destaca ao se analisar os Gráficos 7 e 8 é a redução constante da média da carga tributária nos setores Varejo e Indústria, por sua vez, no setor de Serviços a carga tributária média apresentou alta no ano de 2013 e sempre esteve mais distante da carga sobre o PIB que os outros dois setores, conforme Gráfico 9.

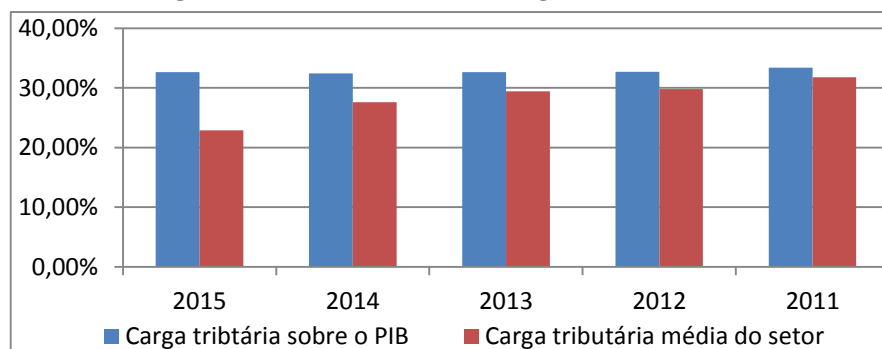
**Gráfico 7 - Carga tributária sobre o PIB X Carga tributária média do setor Varejo.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Conforme consta no Gráfico 7, a carga tributária média do setor Varejo apresentou uma redução de 5,71% no período analisado e vem apresentando decréscimo anualmente. Porém, a carga tributária sobre o PIB se manteve em equilíbrio de 2011 a 2015.

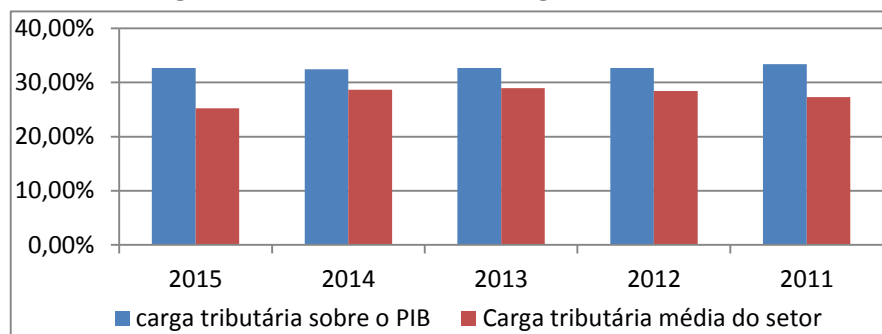
**Gráfico 8 - Carga tributária sobre o PIB X Carga tributária média do setor Indústria.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

No Gráfico 8, nota-se a redução da carga tributária média do setor da Indústria, no mesmo período, passando de 31,78 % em 2011 para 22,90 % em 2015.

**Gráfico 9 - Carga tributária sobre o PIB X Carga tributária média do setor de Serviços.**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2016)

Por fim, ao analisar o Gráfico 9, verificou-se que o setor de Serviços foi o mais instável no tocante ao desempenho da carga tributária média. A redução da carga tributária média deste setor, no período de 2011 a 2015 foi de apenas 2,06 %.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar a distribuição da riqueza produzida e sua quota distribuída ao governo, em três setores da economia brasileira, onde cada setor foi composto por uma amostra de dez empresas. Essas empresas foram as que apresentaram os melhores desempenhos econômicos no exercício de 2015. Assim, foram analisadas as DVA dessas trinta empresas nos últimos cinco anos, com o foco no Valor Adicionado Total a Distribuir e na distribuição da riqueza para o governo, através do pagamento de impostos, taxas e contribuições.

A partir da coleta dos dados referentes à distribuição do valor adicionado, foi possível traçar um panorama anual de cada setor em questão; verificou-se a variação de perfil de cada um deles. Observa-se também, que nos últimos cinco anos, alguns setores apresentaram performances semelhantes, no que diz respeito à carga tributária, assim como as empresas que compõem setores diferentes também apresentaram desempenhos semelhantes.

Quanto à riqueza gerada e sua distribuição, empresas de diferentes ramos de atividades apresentaram padronização de comportamento, enquanto algumas do mesmo ramo mostraram diferenças relevantes entre elas. Isso foi constatado até mesmo entre empresas de setores distintos.

Ao relacionar a geração de riqueza com carga tributária e lucro líquido, observou-se que mesmo em períodos de recessão econômica, em alguns casos, até mesmo de prejuízo, há empresas com resultados negativos que geram mais riqueza do que outras que apresentaram lucro no mesmo exercício de competência. Em alguns casos, essas empresas que apresentaram prejuízo, contribuíram mais para formação do PIB que outras, além de sofrerem com carga tributária maior.

Neste estudo, confirmou-se que a DVA e o DRE são demonstrativos contábeis complementares que geram informações relevantes para seus usuários. Contudo, a DVA se mostrou mais rica em detalhamento das informações voltadas aos aspectos sociais e econômicos, podendo gerar indicadores mais precisos para avaliação dos *stakeholders* e para elaboração de políticas públicas para pessoas jurídicas, principalmente no âmbito fiscal.

Esta interdependência sustenta-se pelo fato da inexistência de relação, diretamente proporcional ou inversamente proporcional, entre o Lucro Líquido/Prejuízo e Valor Adicionado. O primeiro é o resultado da atividade principal de uma empresa, enquanto o segundo é o resultado de quanto uma empresa agrega de valor para os agentes econômicos que a financiaram.

Com isso, a principal constatação deste estudo, foi que, mesmo em um cenário constituído por empresas em prejuízo, o PIB de um país pode ser crescente ou se manter constante, se for considerado o regime de competência, excluindo-se a dupla contagem na mensuração do valor agregado e estoque final igual à zero. Isso porque o método de cálculo do PIB é a soma da produção mais os impostos pagos ao governo, que é o modelo econômico de cálculo. Já no método contábil, considera-se o princípio da competência, ou seja, o estoque final não entra no cálculo do valor adicionado, sendo esse a real contribuição de uma empresa na composição do PIB e o principal indicador da riqueza gerada para a sociedade. Assim, se for considerado um cenário onde as empresas fiquem sem estoque final, o valor constate no item 8.2 da DVA será o valor, de fato, agregado ao PIB.

Como limitação da pesquisa, pode-se destacar o fato de esta ter sido aplicada apenas a dez empresas de cada setor ora referido. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação do estudo em diferentes setores, englobando o total de empresas de cada segmento. Seria interessante também analisar o comportamento dos índices da DVA e DRE, para verificar se há alguma relação entre essas demonstrações, principalmente entre os valores de lucro ou prejuízo e carga tributária.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços** – um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, Osmar. **DFC e DVA: “demonstração dos fluxos de caixa” e “demonstração do valor adicionado”**. São Paulo: IOB, 2009.

BEUREN, Ilse *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, dez. 2007. Disponível em: <



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em 24 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. In: **LEI das S.A.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Nota Explicativa à Instrução CVM Nº 469, de 2 de maio de 2008; Ref.. Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e altera as Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/nota/anexos/nota469.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

COSENZA, José. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7 - 29, out. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34099/36831>>. Acesso em: 25 out. 2016.

CUNHA, Jaqueline. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA**: um instrumento de mensuração da riqueza das empresas para os funcionários. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, 2002. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=demonstra%C3%A7%C3%A3o%20cont%C3%A1bil%20do%20valor%20adicionad](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=demonstra%C3%A7%C3%A3o%20cont%C3%A1bil%20do%20valor%20adicionad)> Acesso em: 19 jun. 2016.

\_\_\_\_\_.; RIBEIRO, Maisa; SANTOS, Ariovaldo. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34146>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SILVA, Manoel; MARQUES, Mary. Demonstração do valor adicionado (dva): um instrumento para aferição da carga tributária por unidades ou segmentos produtivos. **Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros**, Brasília v. 1, n. 2, p. 233-256, 2015. Disponível em: <<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/56>>. Acesso em: 24 out. 2016.

LIMA, Marcelo; ALENCAR, Roberta. Análise da carga tributária das empresas de construção civil listadas na BM&F Bovespa. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 4, n. 56, p. 26-35, 2015.

GALLO, Mauro; PEREIRA, Carlos; LIMA, Emanuel. Mensuração da carga tributária efetiva: existem divergências entre os enfoques econômico e contábil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006. Salvador. **Anais ...** Salvador, set. 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-fica-2412.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GRECCO, Marta et al. DVA–Demonstração do Valor Adicionado–Uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 16. 2010. Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/634/634>>. Acesso em: 25 out. 2016.

IUDÍCIBUS, Sergio *et al.* **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

LORANDI, Joisse; ALEXANDRE, Ciaclei. Demonstração do valor adicionado: um estudo bibliométrico nas revistas nacionais de contabilidade constantes no portal da CAPES. In: CONGRESSO ANPCONT 2011. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/imagens/27-2.pdf>> acesso em 21 out. 2016.

MARION, José. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo; HASHIMOTO, Hugo. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 153-164, 2003. Disponível em: <<http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3802153.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

SANTOS, José *et al.* **Manual de práticas contábeis**: aspectos societários e tributários. São Paulo: Atlas 2011.

TINOCO, João *et al.* Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) –período de 2005 A 2007. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, v. 17, n. 1, p. 84 – 111, 2014. Disponível em: < <http://ojs.unifor.br/index.php/rca/article/view/3222>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

\_\_\_\_\_.; KRAEMER, Maria. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas 2011.